

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CONCELHO DE ALIJÓ

### ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 29 DE FEVEREIRO DE 2024

Ao vigésimo nono dia do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e quatro, no Salão Nobre dos Paços do Município, reuniu em sessão ordinária a Assembleia Municipal de Alijó. \_\_\_\_\_

Dos trinta e cinco membros que a compõem, esteve ausente justificadamente: João Carlos da Cruz tendo sido substituído por Bruno Pinto Lopes; Vítor Carlos Alves Borges, substituído por André José Teixeira Pinto e Cláudio Miguel da Cruz Vilela. Estiveram ausentes injustificadamente: Renato Luís de Araújo Forte Sampaio e Mariana Mateus de Barros Henrique. \_\_\_\_\_

Por parte da Câmara Municipal estiveram presentes o Senhor Presidente da Câmara, José Rodrigues Paredes, e os Senhores Vereadores Mafalda Mendes, António Boal e Anabela Pereira. \_\_\_\_\_

A sessão foi iniciada pelo Presidente da Mesa, José Alberto Queirós Canelas, e secretariada pelos Senhores Secretários, Mário Joaquim Vaz e Denisa Cláudia Sampaio Correia Esteves de Sousa Simão.

**PRESIDENTE DA MESA:** Verificada a existência de quórum foi declarada aberta a sessão, quando eram catorze horas e trinta minutos, com a seguinte **ORDEM DO DIA:** \_\_\_\_\_

P O N T O S	<u>ORDEM DO DIA</u>	Deliberação			
		A p r e c i a ç ã o	C o n h e c i m e n t o	A p r o v a ç ã o	R a t i f i c a ç ã o
1	Exposição do Sr. Presidente da Câmara, nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12/09.	X	X		
2	Presente Relatório de Atividades da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Alijó, referente ao ano de 2023, nos termos do n.º 2 do artigo 32.º da Lei n.º 142/2015, de 8 de setembro, na sua redação atual.	X	X		
3	Presente informação GO/2024/57 referente ao projeto de alteração ao Regulamento Municipal para Concessão de Bolsas de Estudo a Estudantes do Ensino Superior.			X	
4	Presente informação AF/2024/63 referente à aplicação do art.º 15.º da lei de Compromissos e Pagamentos em atraso – Lei n.º 8/2012, de 21/02, designadamente declarar que todos os compromissos plurianuais existentes a 31/12/2023 se encontram devidamente registados na base de dados central de encargos plurianuais e identificar, em declaração todos os pagamentos e recebimentos em atraso.	X	X		
5	Presente informação GO/2024/99 referente à constituição da Comissão Municipal de Trânsito – designação de um Presidente de Junta de Freguesia.			X	
6	Presente Proposta da Presidência n.º 113 propondo a 1.ª alteração ao Mapa de Pessoal para 2024 e 1.ª alteração ao Mapa de Recrutamentos para 2024.			X	
7	Presente informação GO/2024/127 referente a pedido de isenção de taxas de ocupação das lojas B1 e B2 do Mercado Municipal de Alijó.			X	



8	Presente Proposta da Presidência n.º 114/2024 referente à abertura de procedimento concursal para o provimento do cargo de direção intermédia de 2.º grau – Chefe de Divisão – para a Divisão de Urbanismo e Ordenamento do Território e submissão da proposta de constituição do júri.			X	
9	Presente Proposta da Presidência n.º 115/2024 propondo a alteração à norma de execução orçamental para o exercício 2024, designadamente o seu artigo 25.º.			X	
10	Presente informação AF/2024/140 informando da necessidade de proceder à 7.ª alteração orçamental modificativa aos DP2024.			X	

**PRESIDENTE DA MESA:** Começo por cumprimentar o Senhor Presidente da Câmara, os Senhores Vereadores e os Senhores Deputados Municipais. Não temos público presente a acompanhar esta reunião ordinária da Assembleia Municipal. -----

Comunicaram as faltas os Senhores Deputados: João Carlos da Cruz, Vítor Carlos Alves Borges, e Cláudio Miguel da Cruz Vilela. -----

Relativamente à correspondência recebida, temos as habituais atas da Câmara Municipal, assim como o relatório da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ), que é um assunto que faz parte da Ordem do Dia. -----

Informo esta Assembleia de que recebi, ontem e hoje, duas comunicações. Uma delas é do Presidente da Assembleia de Freguesia de Pinhão, com um parecer que ele próprio solicitou à Comissão Nacional de Eleições sobre a perda de mandato da Presidente de Junta de Freguesia. Dado que a informação foi enviada ontem, não me vou pronunciar para já. Tenho um parecer jurídico verbal, mas vou pedir parecer por escrito. Portanto, não é oportuno pronunciar-me de um dia para o outro, embora tenha perfeitamente a ideia do que se passa. -----

A segunda nota é da Presidente da Comissão Política do Partido Socialista sobre a retirada de confiança política ao atual líder da bancada, António Fernandes. Tomo nota e deixo ao Grupo Municipal a decisão que entender, uma vez que é uma questão partidária. Em momento oportuno, dar-vos-ei a palavra, embora sejam questões partidárias que devem ser discutidas no vosso seio. -----

Chamo a atenção que, no dia 10 de março, os Portugueses serão chamados a votar para a Assembleia da República e, conseqüentemente, para um novo Governo. É a Democracia a funcionar. Estamos praticamente em cima da data, daí esta nota. Os meus votos de que o ato decorra com a maior das serenidades, como é apanágio do povo português, e com uma grande participação, contrariando as altas taxas de abstenção habituais. -----

Também entre assembleias, vai decorrer o 25 de abril. Vamos comemorar o 50º aniversário da Revolução dos Cravos com a dignidade que nos merece. Sei que a Senhora Vereadora Mafalda está a tratar do assunto. Peço a todos a participação nas comemorações como um ato cívico, mas também como um ato político, dada a nossa condição de políticos. Permitam-me dizer que no ano passado não fiquei muito agradado com a nossa participação política. Não é nenhum ralhete, mas a participação foi muito reduzida. Os meus cabelos brancos já me permitem dizer algumas coisas e chamar a atenção. Trata-se de um ato cívico e nós, políticos, devemos sentir-nos obrigados a participar. -----

Relativamente às duas notas recebidas, abro agora espaço para esclarecimentos. Relativamente à situação da retirada de confiança política, peço que seja uma intervenção curta, porque é um assunto partidário e não é próprio da Assembleia Municipal. -----

Dá a palavra à Senhora Deputada Sandra Moutinho. -----

**DEPUTADA SANDRA MOUTINHO (PS):** Cumprimenta os presentes. -----

Relativamente à minha condição, julgo que todos aqui têm conhecimento. Só tive oportunidade de ler hoje o parecer da CNE, que não tem a parte jurídica. Posso adiantar que tenho um parecer do departamento jurídico da CCDR- N, e esse sim é o que nos apoia enquanto Freguesias. Este parecer afirma que posso manter as minhas funções, senão também não estaria aqui. Além desse, também



tenho outros pareceres de três advogados, que serão entregues ao Senhor Presidente da Mesa da Assembleia.

**PRESIDENTE DA MESA:** Dá a palavra à Senhora Deputada Manuela Alves.

**DEPUTADA MANUELA ALVES (PS):** Eu não gostaria de todo de vir aqui fazer esta intervenção porque, como o Senhor Presidente da Assembleia já referiu, os assuntos do partido discutem-se no interior do partido. Uma vez que estes factos interferem com o funcionamento da Assembleia indiretamente, em termos de ter ou não ter líder, convém dar aqui uma explicação, ainda que muito sumária.

Em primeiro lugar, e como todos sabem, o líder de bancada natural seria o primeiro da lista apresentada a sufrágio. Como não é novidade para vós, o nosso líder era o Renato Sampaio que tem vindo a demitir-se do seu papel, num total desrespeito pelos seus eleitores, pelos demais elementos da sua bancada e por todos os princípios e deveres democráticos. Tanto assim é que, por diversas vezes, nem participa ou nem justifica a falta, como aconteceu e puderam ver na Ata que agora vamos aprovar.

Nesse contexto, cabe aos demais eleitos eleger o seu líder de bancada, como aliás foi feito com a eleição de António Joaquim Fernandes. Sobre o facto de agora lhe ter sido retirada a confiança, queria informar, e até por uma questão de transparência, que está em curso uma reclamação feita pelo próprio sobre esta matéria em sede própria que ainda não mereceu a devida apreciação e pronúncia por parte do órgão jurisdicional com competência para o fazer.

Por último, queria só dizer que eu e os meus pares estamos nesta bancada do PS com muita honra por nos revermos nos princípios e valores deste partido e não vamos pactuar com posições arbitrarias e absolutistas que mais se enquadram em forças políticas antidemocráticas. É isto só que eu lamento.

**PRESIDENTE DA MESA:** Dá a palavra ao Senhor Deputado António Fernandes.

**DEPUTADO ANTÓNIO FERNANDES (PS):** Vim aqui porque os presentes merecem toda a minha consideração, senão até desvalorizava tudo o que foi dito. Há um provérbio que diz "Quem é o teu inimigo? É o oficial do mesmo ofício". É por isso que estas coisas acontecem. Quatro ou cinco compadres de uma determinada organização entenderam fazer este papelão. Estou aqui porque seria cobardia da minha parte se não desse cara, estando eu a trabalhar convosco e com todo o respeito que os senhores merecem.

Isto começou quando eu fui eleito líder da bancada do PS pelos membros da nossa bancada. Não aceitaram. Quiseram expulsar-me do partido, mas não conseguiram. Depois dava jeito a suspensão, mas não conseguiram. Agora tiram a confiança política. Meus caros, ninguém tira nada que não deu. Estou aqui enquanto representante da Junta de Freguesia de Vila Chã. Fui eleito pela população.

Como veem, os recursos foram feitos. Aliás, nem foi recurso, foi uma exposição. Ninguém pode ser condenado sem ser julgado. Eu sei que nas televisões e nas cartas anónimas, já fui quatro ou cinco vezes condenado pelo mesmo assunto. Senhor Presidente, deixe-me só dizer que eu não roubei nada a ninguém. Toda a gente sabe onde está o dinheiro e onde sempre estive. Se roubasse não estaria aqui, mas querem insinuar que eu roubei. Os recursos foram feitos e ainda não há resposta. Porque é que vêm com este aparato todo?

### APROVAÇÃO DA ATA DE 20 DE DEZEMBRO DE 2023

**PRESIDENTE DA MESA:** É aberto o período de inscrições, tendo-se inscrito o Deputado António Fernandes, que solicitou a alteração de uma palavra. Após a correção efetuada, coloca a Ata da sessão ordinária de vinte de dezembro de dois mil e vinte e três para aprovação, tendo sido aprovada por unanimidade.

### PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA



**PRESIDENTE DA MESA:** É aberto o período de intervenções antes da discussão dos pontos da Ordem do Dia, tendo-se inscrito os Senhores Deputados: Estela Teixeira, Rui Lopes e António Fernandes. ---

**PRESIDENTE DA MESA:** Dá a palavra à Senhora Deputada Estela Teixeira. -----

**DEPUTADA ESTELA TEIXEIRA (PS):** Cumprimenta os presentes.-----

Neste período antes da Ordem do Dia, pretendo apresentar diferentes assuntos de interesse municipal e que diariamente afetam a vida dos munícipes. Começo pelo Auditório Municipal, uma vez que o Concelho tem assistido a várias comemorações e festividades, nomeadamente peças de teatro, concertos de bandas municipais, festas escolares, como aconteceu com a festa de Natal da Escola Primária. Esta festa de Natal contou com uma apresentação do ensaio musical que professores e alunos organizaram e que, infelizmente, os pais assistiram, mas não conseguiram ver. Fizeram-no sem condições de visibilidade. O Auditório seria um espaço muito mais adequado para receber este tipo de eventos que marcam a história das crianças, dos jovens, da família e da comunidade escolar. Senhor Presidente da Câmara, já se comprometeu várias vezes nestas reuniões municipais com várias datas para a abertura do Auditório. O que é certo é que o espaço continua a fechado. Pergunto novamente, quando pensa colocar aquele espaço ao serviço do Concelho de Alijó.-----

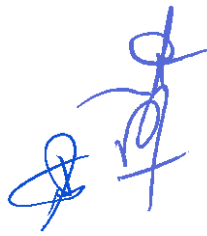
Sei que a Casa dos Noura também é um espaço agradável, mas não suplanta o Auditório Municipal, até porque a sua utilização tem sido residual, limitada a algumas reuniões de Câmara, às sessões das "Conversas de Copo na Mão" e pouco mais. Se bem me recordo, este espaço também foi programado para se constituir como um espaço de mostra e venda de produtos endógenos, o que não tem acontecido. Não sei se quer partilhar connosco o motivo.-----

Quería também falar-vos de ambiente. A recolha de lixos de grande dimensão e entulho das obras não tem sido eficiente. Pelo contrário, é um péssimo cartão de visita para o Concelho de Alijó. Quem circula pelo nosso Concelho vê a deposição de lixo de grandes dimensões nas matas e nas entradas das aldeias. Qualquer um de nós já viu esta situação. É certo que estes comportamentos ficam com quem os pratica, mas é necessário criar condições para melhorar esta situação. Começar por sensibilizar e informar as pessoas sobre a forma como devem proceder à deposição destes lixos nunca é demais. Identificar os lugares onde se encontram estes lixos e resíduos, seja no perímetro urbano, seja no perímetro rural, e proceder à sua recolha. No caso destas situações não resultarem, tem de existir mais fiscalização e identificação dos prevaricadores, quer por parte dos fiscais municipais, quer por parte das autoridades, e agir em conformidade.-----

Senhor Presidente, a ciclovia continua por terminar. Gostava de saber para quando a sua conclusão efetiva. Recentemente, fui fazer uma caminhada e verifiquei que já apresenta sinais de degradação. Isto deve preocupar-nos a todos, porque a obra ainda não está concluída e já apresenta sinais de degradação. Também reparei que estavam a ser plantadas árvores. Não sei se as árvores estão a ser plantadas pela Junta de Freguesia ou pela Câmara Municipal, mas parece-me ser uma boa iniciativa. Parabéns. E por falar em ciclovia, queria perguntar se há algum impedimento para as bicicletas de utilização pública estarem ao dispor da população. Se bem me recordo, o regulamento para as bicicletas de utilização pública foi aprovado, no ano passado, nesta Assembleia Municipal, mas até agora não temos notícias. A primavera está a chegar e o bom tempo convida a maior atividade ao ar livre. Quando estarão as bicicletas de utilização pública ao dispor da população?-----

Gostaria também que indicassem a esta Assembleia uma possível data de abertura do Museu do Azeite, no Castedo. A nova época turística também está à porta. Este equipamento foi altamente promovido - e bem - por este Executivo como um espaço turístico de promoção do Concelho, mas não se veem sinais de conclusão ou abertura ao público.-----

O Miradouro de Casal de Loivos é uma obra que se encontra concluída ou por concluir? É que também já apresenta sinais evidentes de degradação. O edifício do restaurante deste miradouro também está concluído, mas não foi aberto ao público. Qual é o motivo? Equipamentos e obras com este valor de investimento, sejam os investimentos feitos com dinheiros públicos, municipais ou fundos europeus, não deveriam estar fechados, mas ao serviço da população do Concelho de Alijó. -----



Não sei se é do seu conhecimento, mas há um muro caído em Vale de Mendiz na sequência de obras realizadas por esta Câmara Municipal. Aliás, obras iniciadas e não concluídas. O muro está caído há muito tempo e a estrada já se encontra parcialmente obstruída e mal sinalizada, o que põe em causa a circulação das pessoas e a sua segurança. Para quando a reparação do muro? Já agora, tenho mesmo de dizer que os muros caídos neste Concelho demoram mesmo muito tempo a ser reparados. Se pensarmos no muro da estrada do Castedo e no muro de cemitério de Sanfins, foi mesmo muito tempo.

Vamos passar agora a alguns equipamentos, nomeadamente a Escola Básica de Alijó. Este é mais um equipamento onde falta manutenção e onde as coisas se danificam e não são reparadas. Recentemente, tive de ir ao interior da escola e reparei que os retentores das portas de emergência, que são ativados em caso de emergência, estão caídos no chão. Significa que o próprio sistema de emergência da escola não está a funcionar. É grave. Todo e qualquer edifício precisa de manutenção, porque senão a degradação instala-se. Também sabemos que a cobertura da escola tem problemas, mas que problemas são estes? São problemas que, mais uma vez, decorrem da falta de manutenção. Também tenho conhecimento que as salas de ginástica do pavilhão municipal não são usadas. Qual é o motivo? Sei que as aulas de ballet que a Professora Virginia dava e que, na última sessão do 25 de Abril, resultaram num espetáculo levado a cabo pelas crianças, mudaram para o Castedo. Com esta mudança, houve pais que desistiram de levar as crianças às aulas de ballet. Porque é que não foi disponibilizada uma sala na Vila de Alijó? Com todo o respeito por qualquer outra freguesia mais distante da sede, o certo é que o número de crianças a residir na sede é muito maior.

O pavimento do campo de jogos do pavilhão está sem manutenção, há demasiados anos. Durante a pandemia, foi utilizado - e bem - como centro de vacinação, mas a sua manutenção não acontece. Além da utilização pela escola, também é utilizada por várias competições oficiais, como o futsal. Por este motivo, o pavimento já merece uma intervenção. Segundo o que me foi dito por professores de Educação Física das AEC, o pavimento até já larga lascas. Isto é perigoso para os seus utilizadores e, particularmente, para as crianças.

Quero também partilhar consigo uma preocupação pessoal, mas que sei que também é de outros municípios. Tem a ver com o mau estado do edifício das Piscinas Municipais, a sua falta de manutenção, mais uma vez, e o estado da qualidade da água. A necessidade de requalificação daquele espaço é evidente e deveria ser uma prioridade para este Executivo. Não tem sido, Senhor Presidente. Relativamente às aulas de natação, não sei se me pode esclarecer se ainda são aceites ou não inscrições de novos alunos, seja de que idade for. Tem havido algumas queixas de que não conseguem inscrever os seus filhos.

Nesta minha intervenção, falei não só de falta de manutenção de edifícios e infraestruturas, mas também de responsabilidade. Este Executivo tem a responsabilidade de garantir soluções de melhoria da condição física e não o faz. Só temos o futebol e, mesmo assim, o pavimento do Estádio Municipal está um degrado. O mundo evoluiu, as crianças já não brincam na rua, porque estão cheias de carros. Por isso, é necessário criar soluções para ocupar as nossas crianças com atividade física. Este Executivo insiste em não ter essas soluções, nem as facilitar. Não pensa nas crianças e jovens e queixa-se da desertificação. É certo que a desertificação é um problema transversal e é um dilema do interior, mas que se agrava nos Concelhos sem política para a Juventude e para o Desporto. Neste sentido, gostaria de pedir que cumpram o objetivo que vem descrito na página da autarquia de Alijó, que faço questão de partilhar: "Definir e executar políticas de desenvolvimento, sustentadas e sustentáveis, tendo em vista a defesa dos interesses e a satisfação das necessidades e expectativas da população local, promovendo o crescimento do Concelho e atuando em áreas estratégicas como: desenvolvimento socioeconómico, ação social e habitação, cultura, tempos livres e desporto, educação, saúde, ambiente, ordenamento do território e urbanismo".

As questões aqui apresentadas são necessidades urgentes do Concelho, que permitem garantir a melhoria da qualidade de vida de quem cá mora e esta é a nossa missão. É a missão de todos nós

aqui, Deputados Municipais, Presidentes de Junta e, muito particularmente, deste Executivo Municipal.-----

**PRESIDENTE DA MESA:** Dá a palavra ao Senhor Deputado Rui Lopes.-----

**DEPUTADO RUI LOPES (PPD/PSD.CDS-PP):** Cumprimenta os presentes.-----

Sendo eu Deputado Intermunicipal, quero dar nota de uma situação que não sei se está ilegal, uma vez que ainda não houve Assembleia Intermunicipal para aprovar o Orçamento para 2024, que deveria ter sido feita em janeiro ou fevereiro. Tendo havido reunião do Conselho para o Orçamento, ele ainda não foi aprovado.-----

Porque não é só a bancada do PS que tem preocupações com as pessoas, venho falar aqui dos subsídios que foram cortados aos agricultores. O Grupo Municipal do PS está sempre a advogar que o Executivo do Estado tem feito grandes coisas por toda a região, mas o certo é que as pessoas sofreram cortes e não foram poucos, no que respeita a agricultura biológica, produção e proteção integrada, e redistributivo. Não estamos a falar de tostões, nem de cêntimos. Estamos a falar de milhões de euros. Não fosse a pronta reclamação e manifestação dos agricultores - e bem - e o momento eleitoral que atravessamos, os agricultores continuariam a berrar. É muito importante sermos sérios, porque é como a mulher de César: não lhe basta ser, também tem que o parecer. É um cenário que nos preocupa e que também preocupa esta Assembleia, uma vez que também temos aqui agricultores.-----

Outra situação que nos preocupa é a questão da Casa do Douro, que ainda está como está. Também já ouvi rumores de que vamos sofrer novamente cortes na atribuição do benefício. Portanto, todo o Douro vai, mais uma vez, sofrer. Não tendo poder económico, os agricultores também não podem dar condições de vida às suas famílias, nem contribuir para a economia local e regional.-----

Sobre os equipamentos, não basta fazer equipamentos, é preciso também haver manutenção. Não tenho esses dados, mas gostava de perceber, quando os equipamentos foram entregues, se foi feita uma vistoria da qualidade da construção. Gostava de perceber se, durante os mandatos anteriores de outros partidos, houve manutenção. Claro que é importante termos equipamentos e haver manutenção, mas acho que também é importante termos memória.-----

**PRESIDENTE DA MESA:** Dá a palavra ao Senhor Deputado António Fernandes.-----

**DEPUTADO ANTÓNIO FERNANDES (PS):** Deixo aqui uma pergunta ao Senhor Presidente da Câmara, que me saberá informar, sobre uma obra que anda, há algum tempo, na Estrada Nacional 212, na zona da Anta, na Freguesia de Vila Chã.-----

Queria aqui deixar um reconhecimento aos jovens da Missão País que andaram aí pelas freguesias e pelas instituições. Prometi-lhes que o faria e eles também me pediram para o fazer. Fiquei surpreendido pela positiva com o carinho e a educação com que tratavam os idosos e com o trabalho que desenvolveram na instituição da freguesia de Vila Chã. Eram jovens educados, simpáticos e eram eles próprios que empurravam os idosos. Um idoso ver um jovem a dar-lhe atenção é um reconhecimento muito grande. Alguns até choraram quando eles foram embora. Portanto, só para dizer que esta iniciativa é louvável e que se pode e deve repetir.-----

Estive atento aos documentos com as obras no Concelho, umas planeadas para serem executadas, outras em concurso e outras já no terreno. Na última Assembleia, fiz um reparo sobre as adjudicações diretas e os concursos. Na altura, até estabeleci um paralelo. Vejo aqui quase um milhão em concursos e muito menos em ajustes diretos. Portanto, assim estamos no bom caminho. Por último, vi obras em quase todas as freguesias e até aldeias. Só lamento que na Freguesia de Vila Chã não haja obra nem pensada, nem em concurso, nem adjudicada, nem concluída.-----

**PRESIDENTE DA MESA:** Dá a palavra ao Senhor Presidente da Câmara.-----

**PRESIDENTE DA CÂMARA:** Cumprimenta os presentes.-----

Tomei algumas notas relativamente à intervenção da Senhora Deputada Estrela Teixeira e, olhando para a longa explanação de defeitos que aqui apontou, diria que está tudo mal no nosso Concelho. Ainda assim, quero felicitá-la por ter citado um dos nossos grandes projetos. Tenho para mim que está a ser cumprido, mas lá chegará o tempo em que havemos de ser julgados sobre isso.-----

Relativamente ao Auditório, não sei se a Doutora Estela é do tempo ou se esteve presente na inauguração deste equipamento. Se não esteve presente, conseguiu passar pelos pingos da chuva nesse dia porque, aquando da sua inauguração, parecia um cesto de vime com água a escorrer por ele. Como vê, já nessa altura aquele equipamento padecia de enfermidades quase insanáveis. Persistem algumas delas até aos dias de hoje. O investimento do Município neste equipamento tem sido brutal. Gostaria muito e quero acreditar que as comemorações do próximo 25 de abril já se farão no Auditório Municipal. Em termos de obra, diria que está praticamente terminado. Está também em fase final o procedimento para aquisição do novo equipamento de som e imagem, que são cerca de 100 mil euros. -----

O Auditório tem alguns anos e muitas debilidades que têm vindo a ser corrigidas. Só no fim da obra física, isto, da obra de construção civil, é que será possível passar a outras intervenções, desde logo em matéria de segurança contra incêndios. Era impossível avançar com um procedimento para instalação de um novo sistema de imagem e som e um sistema novo de cinema. Compreenda que, por muito vontade que eu tivesse - e tenho efetivamente - que as obras decorressem no menor espaço de tempo, isso não era possível. Também não foi possível porque não abundam no mercado prestadores de serviços naquela área. No concurso que lançámos, apareceu apenas uma empresa com habilitações para a reparação dos interiores do Auditório. Essa empresa excedeu largamente os tempos, mas também percebiam os materiais que ali são usados também não abundam no mercado. Muitos deles são materiais importados do estrangeiro. Acresce a falta de materiais no mercado em matéria de construção civil que também contribuiu para um atraso significativo. Quero crer que, efetivamente, a comemoração do próximo dia 25 de abril já será, em parte, ali feita. -----

Relativamente à Casa dos Noura, não sei onde é que foi buscar que aquele equipamento foi pensado para venda. Aliás, está lá dito que é para mostra e amostra de produtos endógenos. Não queremos venda e nunca vai haver lá venda, porque é-me completamente desaconselhada por quem sabe, uma vez que iríamos meter-nos num imbróglio complicado, sobretudo em matéria de IVA. Não quero venda, quero mostra e quero que a exposição que ali está seja constantemente renovada. Relativamente ao uso da Casa dos Noura, não é claramente aquilo que aqui referiu. É verdade que decorrem ali as reuniões de Câmara e outras reuniões. No miniauditório tem havido uma série de ações, inclusive ações de formação promovidas por várias entidades. Portanto, diria até que é uma Casa com bastante utilização. -----

Relativamente ao entulho de obras, como disse e muito bem, este tipo de atitudes ficam com quem as toma e esses atos ficam com quem os pratica. Estamos a investir bastante na fiscalização. Estão neste momento mais duas pessoas em formação para que, futuramente, possam exercer a atividade de fiscalização. Também temos tido muita sensibilização. Não compete ao Município recolher entulhos de obras espalhados pelos taludes das estradas e pelos montes. Acho que tem de ser através da fiscalização efetiva, no sentido de procurar chegar a quem prevarica nesta matéria. Os empreiteiros sabem que os entulhos de obras têm de ser conduzidos a um centro de reciclagem. Isto custa muito dinheiro e encarece as obras. Eles preferem desfazer-se deles, vazando-os no ambiente. -----

Relativamente à ciclovia, houve aqui um atraso muito significativo. Tinha o compromisso do empreiteiro de que terminaria a obra até dia 15 de janeiro. Infelizmente, as condições climáticas não o têm permitido. Na semana passada, ele esteve lá três ou quatro dias de trabalho. Basicamente, o que falta ali são pinturas e marcações no piso. Avançou bastante, mas ainda não terminou. A indicação que tenho é que, logo que o tempo o permita, ele concluirá a obra. Uma vez concluída, as bicicletas para uso público serão colocadas à disposição das pessoas. Já o temos o regulamento e nada mais obstará a que a ciclovia seja definitivamente colocada à disposição das pessoas. -----

Relativamente ao Centro Interpretativo D'Oliveira ao Azeite D'Ouro, percebo que haja muita ansiedade. É, de facto, um excelente equipamento que as pessoas querem ver a funcionar, mas deixem-nos terminá-lo. Faltam alguns arranjos exteriores que estão, neste momento, a ser executados pelo Município, porque não estavam na empreitada. A curto prazo, teremos o equipamento pronto para ser



devolvido às pessoas. Seguir-se-á depois a fase de concessão da parte do restaurante, ou seja, a sua utilização será concessionada a privados. -----

Relativamente ao Miradouro de Casal de Loivos, a obra está efetivamente terminada e está pronta a ser inaugurado. Não quero fazê-lo sem ter primeiro o processo de concessão concluído. Está aqui presente o Doutor Jorge Laiginhas, a quem eu já dei um prazo para que avance definitivamente com o processo de concessão, através de concurso, para aquele equipamento. -----

O muro de Vale de Mendiz, na rua das Olaias, é uma obra com alguma dimensão posta a concurso pela Câmara Municipal. Teve início e, no decurso da obra, houve uma derrocada do muro de suporte à via numa extensão significativa, devido às condições climatéricas. Foi elaborado um projeto para a reparação do muro, que foi adjudicada por cerca de 80 mil euros, que terá de acontecer primeiro. Só depois será a finalização das obras na via propriamente dita. Está adjudicada a uma empresa que aguarda condições climatéricas para poder entrar em obra. -----

O telhado da Escola Primária de Alijó está em fase final de concurso. Não posso garantir-lhe se o procedimento já está adjudicado. São cerca de 130 mil euros para a reabilitação total da cobertura da escola. Não diga que foi falta de manutenção. Diria que foi uma situação idêntica à do Auditório Municipal. O tipo de cobertura é exatamente o mesmo, tela e brita. Aliás, quando as infiltrações começaram a verificar-se e foi visitada a cobertura, fomos confrontados com a existência de materiais sobrantes, supostamente, de manutenções antigas. Nem sequer removeram esse lixo antigo da cobertura, que ainda lá está, e que provavelmente era ainda dos tempos em que a escola foi inaugurada. Portanto, fez-se uma intervenção e não tem havido infiltrações, porque foram tomadas medidas preventivas. Depois de executada a empreitada, que está em fase final do concurso, julgo que ficará resolvido definitivamente o problema da cobertura. -----

Relativamente a outras pequenas obras de manutenção, foi aqui aprovado o contrato interadministrativo com o Agrupamento de Escolas, a quem compete fazer a manutenção com verbas transferidas pelo Município. Ainda assim, vou fazer chegar essa mensagem a quem de direito. -----

Sobre o pavilhão gimnodesportivo, posso já adiantar que estamos a tentar incluir, a todo o custo, a reabilitação total deste equipamento no projeto de reabilitação da escola onde funcionava o antigo liceu de Alijó. O projeto está a ser elaborado e são cerca de quatro milhões de euros que estão mapeados para o Concelho de Alijó para essa obra. Não sei se será ou não suficiente, mas está em curso o projeto que apresentaremos aos fundos comunitários até 31 de março. Há dúvidas se o pavilhão pode ou não ser incluído nesta reabilitação da escola. Contudo, se não for possível, estão previstos no próximo envelope de fundos comunitários já alocados ao Município de Alijó, cerca de 600 mil euros garantidos para a reabilitação do pavilhão gimnodesportivo. Caso venha a ser incluído na reabilitação da escola, libertam-se esses fundos para outros investimentos do Município. -----

Relativamente às piscinas municipais e ao estado de água, não ando nas redes sociais, mas fui informado de que alguém teve o cuidado de produzir uma série de fotografias de algumas zonas contaminadas com fungos e de paredes da piscina municipal interior. Às vezes as fotografias não mostram tudo ou quem as tira só mostra o que quer. A fotografia tirada à água mostrava areia, que é um material completamente inerte. Aquilo resulta de um funcionamento deficiente dos filtros. Pode acontecer em qualquer piscina. Portanto, aquilo não é um material poluente ou ofensivo para a saúde das pessoas. É areia que os filtros libertam para água. -----

Quanto ao estado das paredes, um pouco de lixívia e aquilo teria sido eliminado. Há, de facto, alguma falta de cuidado e de higiene para a qual já chamamos a atenção do responsável por aquele equipamento. Entretanto, também soube que a auxiliar que ali prestava serviços de limpeza foi sujeita a uma operação e está de baixa, o que a impediu de fazer a limpeza e a higienização daquele espaço. O responsável que gere todos os serviços de limpeza do Município podia, perfeitamente, ter deslocado uma equipa para fazer face à ausência da funcionária. Quero crer que situações semelhantes não se venham a repetir no futuro. Como deve imaginar, a água das piscinas municipais

é regularmente sujeita a análise e não há análises que apontem defeito ao estado sanitário da água, não havendo perigo algum para o uso das piscinas municipais.-----

Relativamente ao estádio municipal, o relvado artificial está em muito mau estado. Na revisão que hoje vamos aqui discutir no último ponto para a inclusão dos saldos, temos uma dotação de 300 mil euros para reposição do piso do estádio municipal.-----

Relativamente à intervenção do Senhor Deputado António Fernandes, ainda bem que tem noção de que decorrem obras em vários pontos do nosso Concelho. É verdade que não conseguimos chegar a tudo. Falo, frequentemente, com os Senhores Presidentes de Junta e, obviamente, estão sempre insatisfeitos porque querem sempre mais e mais. Relativamente à obra na Estrada Nacional 212, trata-se de uma obra do Município, por ajuste direto, que visa levar a água potável da Chã até ao canil municipal.-----

Sobre a inscrição nas aulas de natação, não consigo responder. Teria de consultar a Vereadora do pelouro, que hoje está ausente.-----

**PRESIDENTE DA MESA:** Terminadas as intervenções dos Senhores Deputados e as respostas pelo Senhor Presidente da Câmara, é encerrado o período antes da Ordem do Dia.-----

Antes de passar ao período da Ordem do Dia, dou conta de uma falha e, desde já, peço desculpa à Denisa Esteves, secretária desta Mesa. A IPSS de Sanfins do Douro sofreu uma alteração na sua organização e gestão, passando a Denisa Esteves a ocupar o cargo de Presidente desta IPSS. Apresento os meus votos de sucesso nesta nova e maior responsabilidade.-----  
É aberto o período da Ordem do Dia.-----

#### -----PERÍODO DA ORDEM DO DIA-----

**PRESIDENTE DA MESA:** Introduce o **PONTO 1 - EXPOSIÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA, NOS TERMOS DA ALÍNEA C) DO N.º 2 DO ARTIGO 25.º DA LEI N.º 75/2013, DE 12/09.**-----

É aberto o período de inscrições, tendo-se inscrito a Senhora Deputada Manuela Alves.-----

Dá a palavra à Senhora Deputada Manuela Alves.-----

**DEPUTADA MANUELA ALVES (PS):** Sobre a exposição do Senhor Presidente da Câmara, na página 20 é referido que, em 29 de janeiro, ocorreu uma reunião entre o Senhor Presidente da Câmara e a empresa Skyline. Gostaria de saber o que é que tem de novo a reportar-nos sobre esse encontro.-----  
Relativamente à página 22 do mesmo documento, com o título "Trabalhos executados pelos assistentes operacionais" e o subtítulo "Infraestruturas municipais", é referido o arranjo da estrada de acesso à Nossa Senhora da Cunha. Parece-me descabido chamar-lhe estrada, mas gostava de perguntar ao Senhor Presidente sobre o que disse na reunião da Assembleia, precisamente há um ano. Veio aqui dizer-nos que o estradão florestal que liga o Monte da Cunha à rotunda de ligação ao IC5 tinha sido alvo de uma candidatura que estava aprovada no âmbito do REACT-EU, ou seja, aquele programa de assistência à recuperação para a coesão e os territórios da Europa. Previa-se a repavimentação total desse caminho com materiais permeáveis. Estou a citar, mais ou menos, o que disse o Senhor Presidente da Câmara nessa Assembleia, há um ano. Gostaria de saber se já entrou em concurso essa intervenção, como aqui se comprometeu a fazê-lo naquela data.-----

Tenho aqui uma outra questão que se prende com o grande investimento que fazem em termos de Educação. Segundo constatei no mesmo documento, vem elencado na página 26 uma série de ações de apoio aos alunos e à comunidade escolar, que eu acho muito bem. Concordo com esta aposta na Educação, mas dado que se trata de um investimento tão importante, gostaria de saber se estas ações são monitorizadas e se são avaliados os seus impactos na educação dos alunos do Concelho.-----

**PRESIDENTE DA MESA:** Dá a palavra ao Senhor Presidente da Câmara.-----

**PRESIDENTE DA CÂMARA:** Relativamente à Skyline, que é a empresa concessionária do aeródromo municipal, são reuniões que fazemos com alguma regularidade para - permitam-me a expressão - ir pondo a escrita em dia. Não temos avançado muito. Como sabe, havia uma expectativa muito

acentuada em matéria de contribuição de fundos comunitários com o apoio do Estado central e o empenho da Senhora Ministra da Coesão territorial, com quem reunimos duas vezes. Entretanto, aconteceu o que aconteceu ao Governo da Nação e as coisas resfriaram um bocadinho. Naturalmente, interrompeu-se o ciclo de trabalho. Estamos todos na expectativa de ver no que é que isto dá. Estou convencido de que a Senhora Ministra se mantiver no futuro Governo, o entendimento está mais ou menos conseguido. Se as coisas assim não forem e que haja alterações significativas, teremos de começar a começar do zero. Como sabe, o contrato que assinamos com esta empresa prevê um timing para que tudo isto aconteça. Está expresso nesse contrato que, se os investimentos forem feitos com recurso a fundos comunitários significativos, as coisas acontecerão num período de tempo muito mais reduzido. Caso assim não seja, acontecerão de forma muito mais lenta.

Relativamente ao caminho da Cunha, era uma candidatura ao REACT, um programa que saiu com um período de execução muito curto, que terminou a 31 de dezembro passado. Ainda hoje conversava com o Senhor Vice-presidente, porque apareceu uma publicação algures, que agora não consigo precisar, que referia que a execução do REACT não chega a 10%, a nível nacional. A intervenção na Ribeira de São Mamede, por exemplo, é uma das intervenções que tínhamos e temos projetada que ia beber a este programa e que também não aconteceu.

Recordo aqui que, no próximo dia 12 de março, faz um ano que o nosso contrato de empreitada para intervenção nesta Ribeira está no Tribunal de Contas e ainda não tem visto, nem positivo, nem negativo. Estou convencido de que o vamos obter a curto prazo e que, muito em breve, as coisas se encaminharão para que tudo possa acontecer positivamente. Como o REACT terminou, tivemos de arrepiar caminho e avançar para um empréstimo bancário para a intervenção na Ribeira de São Mamede, mas não o fizemos para o caminho da Cunha, porque entendo que não é uma obra prioritária, pese embora necessária.

O envelope financeiro alocado ao Município de Alijó via REACT resulta do protocolo que temos no âmbito do famoso Roteiro das Barragens. Em matéria de REACT, candidatamos a obra já executada à data da Senhora da Piedade e candidatámos também a reabilitação da Ribeira de São Mamede, o caminho da Cunha e uma intervenção numa linha de água no Pinhão. Temos a garantia de que, em relação aos 1,5 milhões de euros que o Município de Alijó não conseguiu executar até 31 de dezembro, será dada oportunidade ao Município de apresentar nova candidatura de igual valor a outro programa. Portanto, a Câmara também já está informada disto. Não sei exatamente que programa irá dar cobertura a esses investimentos, mas há essa garantia, até porque era um investimento que era devido ao Município de Alijó por força do Roteiro das Barragens, portanto não podemos perdê-lo. Quero acreditar que nos será dada a possibilidade de candidatar outras obras ou, eventualmente, até as mesmas.

Relativamente à educação, tenho pena que a Senhora Vereadora não esteja aqui comigo. Está em representação do Município na BTL, em Lisboa. Temos uma Divisão de Educação com técnicos e com meios humanos habilitados a avaliar todo o tipo de intervenção e o investimento que é feito em matéria de educação. Confesso que uma resposta com mais propriedade e mais sustentada só mesmo com a Senhora Vereadora. Remetia essa resposta mais fundamentada para a Assembleia de abril.

**PRESIDENTE DA MESA:** Introduz o **PONTO 2 - PRESENTE RELATÓRIO DE ATIVIDADES DA COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS DE ALIJÓ, REFERENTE AO ANO DE 2023, NOS TERMOS DO N.º 2 DO ARTIGO 32.º DA LEI N.º 142/2015, DE 8 DE SETEMBRO, NA SUA REDAÇÃO ATUAL.**

É aberto o período de inscrições, tendo-se inscrito os Senhores Deputados Manuela Alves e António Fernandes.

Dá a palavra à Senhora Deputada Manuela Alves.

**DEPUTADA MANUELA ALVES (PS):** Trago aqui duas notas breves sobre este relatório. Salvo melhor opinião, não me parece adequado apresentar evidências daquilo que foi desenvolvido em algumas atividades, designadamente expor as crianças numa ação dinamizada pela Associação Bagos D'Ouro.

Aparecem naquele relatório registos fotográficos com a cara das crianças. Não sei se são aquelas crianças que são acompanhadas, porque esta atividade incluía crianças acompanhadas pela CPCJ e outras crianças que não são acompanhadas, mas não me parece bem. As crianças têm direito à sua imagem. Todas as pessoas têm direito à sua privacidade e não devemos expô-las num registo público através de fotografias.-----

Uma segunda nota para o Senhor Presidente da Câmara, porque mantém-se aquele constrangimento que já apareceu neste mesmo relatório, no ano passado, relativo às instalações da CPCJ. Continuam a referir que não reúnem condições. Não sei o que se passa ou o que foi feito para esta questão aparecer continuamente no relatório.-----

**PRESIDENTE DA MESA:** Dá a palavra ao Senhor Deputado António Fernandes.-----

**DEPUTADO ANTÓNIO FERNANDES (PS):** Foram eleitos aqui Deputados para a CPCJ. Visto que esta é uma informação de um órgão, não ficaria bem aos Senhores Deputados que nos representam nesse órgão, dar aqui uma informação mais cabal para que ficássemos a perceber melhor como funcionam as coisas na CPCJ? Tenho todo o respeito por quem lá está e por quem desenvolve esse trabalho, mas eu gostava que o fizessem.-----

Uma outra nota sobre uma Câmara aqui ao lado, muito mais pequena do que a nossa, que lidera o ranking das candidaturas aos fundos comunitários. Não é por inveja, porque eu acho muito bem que eles se façam à vida e que se desenvolvam. Só gostava também que o nosso Concelho seguisse a mesma toada e os mesmos passos.-----

**PRESIDENTE DA MESA:** Terminadas as intervenções, dá a palavra ao Senhor Presidente da Câmara.-----

**PRESIDENTE DA CÂMARA:** Relativamente à CPCJ, percebo que as pessoas queiram ter condições de conforto e de trabalho, mas a CPCJ tem, neste momento, as melhores condições possíveis. Tem instalações novas, amplas e com ar condicionado. A Senhora Vereadora diz-me agora que faltará um espaço para audição das crianças. Vamos ter de criar esse espaço. A CPCJ tem, inclusive, o apoio de uma técnica superior paga pelo Município. Não percebo, mas teremos de dar atenção a esse pormenor.-----

Sobre a questão do Senhor Deputado António Fernandes, não combinamos em trazer esse assunto aqui, mas eu já imaginava que o fossem fazer. Fico muito contente que Murça trabalhe bem e que atraia muitos fundos para o seu território. Quanto melhor for a concorrência ao nosso lado, mais nós nos sentimos motivados para trabalhar, mas nada disso é verdade. Recebi, anteontem, um e-mail da empresa Arregaçar as Mangas, com quem temos uma prestação de serviços de assessoria em matéria de candidaturas, que vou partilhar com os Senhores Deputados. Trata-se de um apanhado dos fundos atraídos ou cooptados por todos os municípios do quadro comunitário que cessou. Alijó aparece em terceiro lugar, logo a seguir a Vila Real e Lamego, que são as duas grandes cidades. Até a Régua, que tem 15 mil habitantes e um FEF bastante superior ao nosso, ficou aquém do Município de Alijó. Recordam-se que, aquando da inauguração da Casa dos Noura, a Senhora Secretária de Estado, a Doutora Isabel Ferreira, falou num número de investimento para o Concelho de Alijó superior a 10 milhões de euros? Eu até disse na altura que se fosse eu a dizê-lo, ninguém acreditava.-----

Pois bem, Alijó não atraiu 100 milhões, atraiu 13 milhões de euros só do quadro comunitário de apoio. Ainda faltam os valores do REACT, que acabou por cair, do PRR, que inclui a Loja do Cidadão, do Fundo Ambiental, que são os autocarros elétricos, e dos investimentos no setor de turismo. Alijó cooptou para o seu território 7,5% dos fundos do quadro comunitário que estavam disponíveis para a região. A seguir, temos Lamego com 12% e Vila Real com 15%. Murça tem aqui 6,2 milhões de euros, ou seja, nem metade daquilo que Alijó tem. Como é que podem ter aquele valor per capita? Sabem o que está ali em causa? Murça está a contabilizar para o seu território investimentos da Águas do Interior Norte (AdIN), ou seja, da empresa que gere a água e o saneamento em baixa. Portanto, trata-se de investimento diretamente feito e administrado pela AdIN, que elevou os valores para 16 milhões que são somados ao investimento que o Município cooptou e dá este número engraçado.-----

Já agora, deixem-me apresentar mais dois ou três indicadores citados no Anuário Financeiro, que saiu há uns meses e que é um documento público. Nos municípios com menor independência financeira, ou seja, os mais dependentes, temos uma tabela com 35 municípios e Alijó não está lá. Murça está no nono lugar neste ranking dos municípios menos independentes. Nos municípios com maior prazo médio de pagamentos, temos uma tabela com 50 municípios e Alijó não está lá. Alijó tem 10 dias de prazo médio de pagamento, ou seja, está a pagar os seus fornecedores em 10 dias, em média. Temos aqui municípios com 254 dias e Murça demora 104 dias, em média. No ranking dos municípios com menor equilíbrio orçamental, Murça aparece em primeiro lugar. Alijó não aparece nesta lista com os 35 piores. Enfim, não sei que mais argumentos posso usar para convencer os Senhores Deputados, mas de facto é uma arte saber comunicar. A propaganda, às vezes, leva-nos para estas situações. Eu nunca o faria. Como pode um município com estes indicadores divulgar uma notícia que suponho que terá saído do Executivo ou do seu gabinete de comunicação e dizer que são o primeiro município com mais fundos comunitários per capita? Tenham paciência, mas não é verdade. Não chega sequer a metade dos fundos que Alijó atraiu para o seu território. -----

**PRESIDENTE DA MESA:** Foi o **PONTO 2 - PRESENTE RELATÓRIO DE ATIVIDADES DA COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS DE ALIJÓ, REFERENTE AO ANO DE 2023, NOS TERMOS DO N.º 2 DO ARTIGO 32.º DA LEI N.º 142/2015, DE 8 DE SETEMBRO, NA SUA REDAÇÃO ATUAL**, apreciado e tomado conhecimento. -----

Introduz o **PONTO 3 - PRESENTE INFORMAÇÃO GO/2024/57 REFERENTE AO PROJETO DE ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO MUNICIPAL PARA CONCESSÃO DE BOLSAS DE ESTUDO A ESTUDANTES DO ENSINO SUPERIOR.** -----

Dá a palavra ao Senhor Presidente da Câmara. -----

**PRESIDENTE DA CÂMARA:** O regulamento para atribuição de bolsas de estudo esteve em consulta pública, na sequência da qual houve apenas um contributo e com muito mérito, tanto é que foi atendido. Este contributo refere que nas situações em que o exercício da profissão obriga a ter mestrado integrado faz sentido que o Município atribua a bolsa de estudo não só aos três primeiros anos, que são os necessários para a licenciatura, mas também até ao término do mestrado, quando este for condição obrigatória para que o estudante possa exercer a sua profissão. Consideramos que devíamos acolher este contributo. -----

Depois há aqui mais duas ou três alterações sem grande significado. O regulamento está em condições de ser aprovado por esta Assembleia Municipal, se assim o entenderem, para que possa produzir efeitos e possamos transferir o apoio para os nossos estudantes do ensino superior. -----

**PRESIDENTE DA MESA:** É aberto o período de inscrições, tendo-se inscrito os Senhores Deputados Maria da Glória Veiga, Manuela Alves e António Fernandes. -----

Dá a palavra à Senhora Deputada Glória Veiga. -----

**DEPUTADA GLÓRIA VEIGA (PPD/PSD.CDS-PP):** A aposta da educação como valorização de um território envolve reconhecer o papel central que a educação desempenha no desenvolvimento de uma região. É reconhecer que a educação não é apenas uma ferramenta para o desenvolvimento pessoal, mas também uma força para promover o crescimento económico, social e cultural de uma comunidade ou região. Tem este executivo, ao longo dos mandatos, implementado várias medidas de apoio e desenvolvimento da educação, das quais saliento a atribuição das plataformas digitais a todos os alunos do Agrupamento, como a Escola Virtual para todos os níveis de ensino e a Hypatimat para o 1º ciclo, transporte gratuito, cadernos de fichas para o 1º ciclo, atribuição de prémios aos melhores alunos e atribuição de bolsas de estudo aos alunos e universitários de baixos recursos. -----

Chega hoje a esta Assembleia mais um passo no apoio a este setor. A atribuição de bolsas de estudo a todos os alunos que se encontrem a frequentar o ensino universitário será, sem dúvida, um grande apoio para as famílias nos tempos que correm. Estas medidas não incentivam apenas a educação, mas também aumentam a atratividade da região para novos moradores, investidores e empresas,



contribuindo assim para o desenvolvimento económico e social. Parabéns ao Município pela aposta que tem feito na educação deste Concelho.

**PRESIDENTE DA MESA:** Dá a palavra à Senhora Deputada Manuela Alves.

**DEPUTADA MANUELA ALVES (PS):** Lamento discordar da Senhora Deputada, porque não é com este subsídio que vai conseguir atingir essas metas. Está muito além do otimismo, mas tudo bem. O que eu vou aqui apreciar é aquilo que nos foi apresentado. Não é tanto a filosofia e o que está a montante, mas o regulamento em si.

No artigo 10º, é pedido que apresente os documentos que estão ali elencados e justifique a sua situação, como é habitual em qualquer outra candidatura. No número 2 do mesmo artigo, diz-se que podem ser feitas averiguações oficiosas. Isto significa que estamos, até certo ponto, a duvidar do que dizem os documentos. Eu tenho uma larga experiência em analisar a atribuição de bolsas e restringia-me apenas ao que os documentos me diziam, ou seja, aquilo que é documentado, não é aquilo que eu penso que é. Claro que me cruzava com casos concretos em que conhecia e sabia que aquilo não era real. Podia dar aqui um exemplo de uma pessoa com uma grande quinta no Douro, que tinha benefícios e era protegida pela ação social. Aliás, todos sabem que em Portugal a nossa reforma fiscal leva a isto e que muita gente está isenta de apresentar rendimentos. Portanto, isto é sempre muito falacioso, sem dúvida. Focando-me de novo neste documento, quando digo que têm de me apresentar documentos são aqueles que para mim têm de valer. Se me apresentam a nota da liquidação do IRS é aquela que eu tenho de analisar.

Depois diz que pode efetuar averiguações oficiosas e eu aí não percebo. Também diz que há um processo de seleção, ou seja, não basta a pessoa apresentar todos os documentos que estão ali elencados, mas depois são selecionados através de um júri nomeado anualmente. O que eu acho ainda mais ridículo é que no número 2 do artigo 11º diz que o candidato, depois de fazer isto tudo, poderá vir a ser submetido a uma entrevista e visita domiciliária. Isto aqui já tem um tom - desculpem-me a expressão - pidesco. Deve ser através dos documentos apresentados, da nota de liquidação do IRS, do agregado familiar e por aí em diante, que deve ser calculado o rendimento per capita do agregado familiar. São esses documentos que devem determinar se está em condições ou não de beneficiar dessa medida e desse subsídio. Parece que estamos a dar, mas ao mesmo tempo a dizer que não damos nada.

Eu até gostaria de saber quantos alunos têm sido contemplados com esta medida, ano após ano, e quais têm sido esses montantes. Dizem que são alunos mais carenciados, mas o regulamento não diz isso. No último escalão, aparecem pessoas com rendimentos superiores a 400 e tal euros. Isto significa que pode ser alguém com um rendimento per capita de dois mil euros. Isto é carenciado? São estas incongruências que eu registei neste regulamento. Na minha perspetiva e na minha modesta opinião, acho que é um documento que merece alguma reflexão e deve ser refinado.

**PRESIDENTE DA MESA:** Relembro que o documento esteve em discussão pública e teve oportunidade de apresentar contributos durante esse período.

Relativamente ao número 2 do artigo 11º, este vai ao encontro daquilo que disse antes, ou seja, todos temos conhecimento ou tivemos colegas que tinham carro e que tinham uma bolsa maior que nós. Estas entrevistas e visitas domiciliárias poderão, eventualmente, ajudar a contrariar esta questão, porque nem sempre basta perguntar ao Senhor Presidente de Junta, porque esse vai atestar. Nas Juntas das grandes cidades, nem conhecem as pessoas.

Dá a palavra ao Senhor Deputado António Fernandes.

**DEPUTADO ANTÓNIO FERNANDES (PS):** Concordo com tudo o que aqui foi dito pela Senhora Deputada Manuela Alves, mas também tenho algumas achegas ao que foi dito. Tudo o que seja para ajudar estudantes ou trabalhadores a desenvolver a sua atividade, é sempre bem-vindo. Nós precisamos é de quem seja proativo, que trabalhe e que estude. Só assim é que conseguimos alavancar o território para a frente. Portanto, a medida em si está muito bem.

Senhor Presidente da Câmara, o que se produz e faz aqui no nosso território é a agricultura, a floresta e o turismo. Na minha opinião, quem andasse a tirar a licenciatura ou o mestrado nestas áreas devia ter uma majoração. Há uma grande possibilidade dessa gente desenvolver o seu trabalho aqui no Concelho.

No que concerne às declarações das Juntas, falo por mim e pelos outros Senhores Presidentes de Junta, não pode ser passado um atestado de desleixo dos Senhores Presidentes de Junta. Se conhecemos, tudo bem. Se não conhecemos, há que fazer um requerimento, dizer para que requerem a declaração ou o atestado. Depois, se conhecemos tudo bem. Se não conhecemos, está na lei que temos três dias para responder e para passar o atestado. Esses três dias são para investigar se a pessoa realmente está nessa situação ou não. Quando o atestado é carimbado faz lei.

**PRESIDENTE DA MESA:** Dá a palavra ao Senhor Presidente da Câmara.

**PRESIDENTE DA CÂMARA:** Quando nos comprometemos com a atribuição desta bolsa, confesso que a minha ideia era atribuir o mesmo valor para todos os alunos do ensino superior. No entanto, parece que legalmente isso não é possível. Tivemos de incluir aqui um critério social qualquer que permita a atribuição desta bolsa, tanto é que só há dois escalões para atribuição da bolsa, que é o carenciado e o não carenciado, que estão separados apenas por 100 euros.

Já passei por outros países da Europa e sei que, em matéria de atribuição de apoios, vão muito mais ao pormenor do que que nós, em Portugal. Sabemos bem e já foram aqui dados exemplos, como é que as coisas muitas vezes se processam. É verdade que a declaração de IRS é à partida o documento que faz fé e será o que vale, mas o que é certo é que nós também sabemos que muita gente não declara aquilo que tem. Confesso que não sabia que aquilo estava ali, mas também não me parece que venha por aí mal ao mundo. Volto a referir que o objetivo é atribuir uma bolsa de estudo a todos os estudantes do ensino superior, naturais do Concelho.

**PRESIDENTE DA MESA:** Coloca à votação o **PONTO 3. PONTO 3 - PRESENTE INFORMAÇÃO GO/2024/57 REFERENTE AO PROJETO DE ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO MUNICIPAL PARA CONCESSÃO DE BOLSAS DE ESTUDO A ESTUDANTES DO ENSINO SUPERIOR**, tendo sido aprovado, por unanimidade, com 32 votos, nos termos da alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12/09, na sua redação atual.

Introduz o **PONTO 4 - PRESENTE INFORMAÇÃO AF/2024/63 REFERENTE À APLICAÇÃO DO ART.º 15.º DA LEI DE COMPROMISSOS E PAGAMENTOS EM ATRASO – LEI N.º 8/2012, DE 21/02, DESIGNADAMENTE DECLARAR QUE TODOS OS COMPROMISSOS PLURIANUAIS EXISTENTES A 31/12/2023 SE ENCONTRAM DEVIDAMENTE REGISTADOS NA BASE DE DADOS CENTRAL DE ENCARGOS PLURIANUAIS E IDENTIFICAR, EM DECLARAÇÃO TODOS OS PAGAMENTOS E RECEBIMENTOS EM ATRASO.**

É aberto o período de inscrições, não havendo inscritos. Foi o **PONTO 4 - PRESENTE INFORMAÇÃO AF/2024/63 REFERENTE À APLICAÇÃO DO ART.º 15.º DA LEI DE COMPROMISSOS E PAGAMENTOS EM ATRASO – LEI N.º 8/2012, DE 21/02, DESIGNADAMENTE DECLARAR QUE TODOS OS COMPROMISSOS PLURIANUAIS EXISTENTES A 31/12/2023 SE ENCONTRAM DEVIDAMENTE REGISTADOS NA BASE DE DADOS CENTRAL DE ENCARGOS PLURIANUAIS E IDENTIFICAR, EM DECLARAÇÃO TODOS OS PAGAMENTOS E RECEBIMENTOS EM ATRASO** apreciado e tomado conhecimento.

Introduz o **PONTO 5 - PRESENTE INFORMAÇÃO GO/2024/99 REFERENTE À CONSTITUIÇÃO DA COMISSÃO MUNICIPAL DE TRÂNSITO – DESIGNAÇÃO DE UM PRESIDENTE DE JUNTA DE FREGUESIA.**

Dá a palavra ao Presidente da Câmara.

**PRESIDENTE DA CÂMARA:** Como devem saber, foi aprovado o regulamento municipal relativo ao trânsito, circulação e estacionamento, que prevê a criação de uma comissão que prestará assessoria à Câmara Municipal nessa matéria. Na composição desta comissão, o regulamento prevê a eleição, em Assembleia Municipal, de um Presidente de Junta para representar as freguesias nesta comissão.

**PRESIDENTE DA MESA:** Questiono os grupos municipais sobre quem indicam para integrar esta comissão.-----

Dá a palavra à Senhora Deputada Aurelina Carvalho.-----

**DEPUTADA AURELINA CARVALHO (PPD/PSD.CDS-PP):** Cumprimenta os presentes.-----

A bancada da Coligação "Afirmar a Nossa Terra" indica o nome do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vilar de Maçada, Luís Miguel Catarino Gonçalves da Fonte, para integrar a comissão.---

**PRESIDENTE DA MESA:** Não havendo mais candidatos, vamos proceder à votação por voto secreto da Lista A, que propõe o nome do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vilar de Maçada, Luís Miguel Catarino Gonçalves da Fonte.-----

#### -----PERÍODO DE VOTAÇÃO-----

**PRESIDENTE DA MESA:** Após a votação e a respetiva contagem dos votos foi aprovada a Lista A, apresentada pela coligação "Afirmar a Nossa Terra", com 27 votos por escrutínio secreto, composta pelo seguinte elemento: Luís Miguel Catarino Gonçalves da Fonte.-----

Introduz o **PONTO 6 - PRESENTE PROPOSTA DA PRESIDÊNCIA N.º 113 PROPONDO A 1.ª ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL PARA 2024 E 1.ª ALTERAÇÃO AO MAPA DE RECRUTAMENTOS PARA 2024.**-----

Dá a palavra ao Presidente da Câmara.-----

**PRESIDENTE DA CÂMARA:** Esta é uma proposta para a criação de duas vagas na carreira de técnico superior, uma para jurista e outra para técnico superior de serviço social. Recentemente, e fazendo jus a um longo processo de valorização das carreiras dos nossos trabalhadores ao longo dos últimos anos, foram promovidos vários trabalhadores que assumiram vaga no quadro como assistentes operacionais, mas que estavam a desempenhar funções compatíveis com as de assistente técnico. De igual forma, foram também promovidos assistentes técnicos que estavam a desempenhar funções compatíveis com as de técnicos superiores.-----

Neste momento, temos ainda duas colaboradoras que estão no quadro como assistentes técnicas e que desempenham funções de técnicas superiores. Uma delas é uma jurista que está no setor da contratação pública e a outra é uma licenciada em Serviço Social que exerce a sua atividade na Divisão de Ação Social. Não havendo vaga para técnico superior no quadro, impõe-se que essas vagas sejam criadas para permitir a progressão e a valorização das carreiras destas duas funcionárias.-----

O que aqui se propõe é que esta Assembleia, através da primeira proposta de alteração ao mapa de pessoal de 2024, autorize a criação de duas vagas na carreira de técnico superior para acomodar a valorização das carreiras destas duas técnicas superiores.-----

**PRESIDENTE DA MESA:** É aberto o período de inscrições, tendo-se inscrito a Senhora Deputada Estela Teixeira.-----

Dá a palavra à Senhora Deputada Estela Teixeira.-----

**DEPUTADA ESTELA TEIXEIRA (PS):** Há pouco, o Senhor Presidente de Câmara congratulou-se aqui com a captação de fundos comunitários para o Concelho de Alijó. Fez muito bem, até porque com um quadro de pessoal tão extenso e tão recheado, não faz mais do que a sua obrigação. Quando assumiu ser candidato à Câmara Municipal e foi democraticamente eleito por escrutínio, presumo que assumiu a responsabilidade de exercer a sua função.-----

A necessidade do lugar da ação social vem resolver a situação de alguém que está há alguns anos a exercer funções de técnica superior à frente do GIP, presume-se. Mas no que toca à licenciatura de direito, temos uma palavra a dizer. Senhor Presidente, repare na sua própria proposta que passo a citar: "em razão de interesse público e eficiente organização dos serviços municipais, deve-se proceder à ocupação dos postos de trabalho previstos no mapa de pessoal, recorrendo, se possível, aos próprios recursos humanos da autarquia". Portanto, precisa de transformar uma assistente técnica numa técnica superior quando deslocou uma jurista para o Urbanismo, local onde há vários técnicos superiores com

qualificação para desempenhar as funções de Chefe de Divisão. Portanto, retiram-se estrategicamente recursos aos serviços jurídicos para depois justificar a nova entrada e, concretamente no caso da licenciatura de direito, estamos a falar de alguém que, se calhar, não está há um ano na Câmara. Isso é tudo menos salvaguardar a eficiente organização dos serviços.-----

Ficariamos mais tranquilos se nos dissesse que esta jurista vem, de alguma forma, colmatar as contratações externas de avenças e pareceres jurídicos. Assim, nós ficaríamos mais sossegados, porque aí iria haver uma poupança efetiva por parte desta Câmara Municipal. Lamentamos que assim não seja e, por estas razões, iremos abster-nos.-----

**PRESIDENTE DA MESA:** Dá a palavra ao Presidente da Câmara.-----

**PRESIDENTE DA CÂMARA:** Senhora Deputada, concorda exatamente com aquilo que o que eu escrevo na minha proposta, certo? Estamos a tentar resolver ou a suprir necessidades da Câmara Municipal com recursos da própria Câmara Municipal. Não é isso que é aí dito? É valorizar recursos internos e os recursos que já cá estão. Temos uma colaboradora que entrou para o quadro como assistente técnica e que está a desempenhar trabalho de muita responsabilidade no setor da contratação pública, onde até agora estava uma jurista que saiu para o núcleo do apoio jurídico. Porque é que ela saiu, não interessa e só a mim me diz respeito. É a gestão interna dos recursos humanos. Entendi que a técnica superior jurista que estava no núcleo de apoio jurídico devia ser nomeada, em regime de substituição, como Chefe de Divisão do Urbanismo. É uma gestão minha. Acho que ninguém tem nada que se meter nisso. Terei feito bem ou mal, o futuro dirá.-----

O que é certo é que não posso ter o núcleo de apoio jurídico sem uma jurista. A jurista que estava na contratação pública, que também entrou recentemente, foi transferida para o núcleo de apoio jurídico, onde está a exercer funções de jurista. Não posso é ter uma trabalhadora jurista de formação a exercer funções de muita responsabilidade no setor da contratação pública, como devem calcular, sem a devida valorização e remuneração.-----

**PRESIDENTE DA MESA:** Coloca à votação o **PONTO 6 - PRESENTE PROPOSTA DA PRESIDÊNCIA N.º 113 PROPONDO A 1.ª ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL PARA 2024 E 1.ª ALTERAÇÃO AO MAPA DE RECRUTAMENTOS PARA 2024**, tendo sido aprovado, por maioria, com 5 abstenções do Partido Socialista e 26 votos a favor, sendo 1 do Partido Socialista e 25 da coligação "Afirmar a Nossa Terra", em conformidade com a alínea o) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12/09, na sua redação atual, sendo que os votos foram assim distribuídos:-----

A favor:-----

Bancada da Coligação PPD/PSD.CDS-PP (25), Partido Socialista (1).-----

Abstenção:-----

Bancada do PS (5) – Alípio de Almeida Alves, Estela Maria de Jesus Teixeira, Bruno Pinto Lopes, Maria Manuela Afonso Lourenço Alves e António Joaquim Fernandes.-----

Introduz o **PONTO 7 - PRESENTE INFORMAÇÃO GO/2024/127 REFERENTE A PEDIDO DE ISENÇÃO DE TAXAS DE OCUPAÇÃO DAS LOJAS B1 E B2 DO MERCADO MUNICIPAL DE ALIJÓ.**

Dá a palavra ao Presidente da Câmara.-----

**PRESIDENTE DA CÂMARA:** São duas lojas - B1 e B2 - no Mercado Municipal que, na sequência das intempéries no verão passado, sofreram infiltrações muito significativas e tiveram prejuízos avultados. Uma delas procedeu, de imediato, a expensas próprias, à reparação do interior. Uma esteve menos tempo fechada e a outra esteve mais tempo. Neste momento, está adjudicado o procedimento para reparação da cobertura, mas as condições climáticas ainda não permitiram. De qualquer forma, os lojistas sentem-se lesados e solicitaram ao Município a isenção da taxa ou, digamos, da renda das lojas pelo período em que estiveram impedidos de exercer a sua atividade.-----

**PRESIDENTE DA MESA:** É aberto o período de inscrições, tendo-se inscrito os Senhores Deputados Manuela Alves e Rui Lopes.-----

Dá a palavra à Senhora Deputada Manuela Alves.-----

**DEPUTADA MANUELA ALVES (PS):** Desta vez, o Senhor Presidente da Câmara não pode dizer que estas obras eram mais ou menos recentes, porque isto pertence a outra gestão muito longínqua. O que eu gostava de saber era se, quando aconteceu a atribuição destas lojas, este ato também foi ratificado aqui pela Assembleia. É uma curiosidade porque estamos agora a pedir que a Assembleia se pronuncie sobre esta isenção, que eu acho bem. -----

Outra coisa que não entendo muito bem é porque é que um dos senhores, como o Senhor Presidente aqui agora acabou de explicar, procedeu à reparação a expensas próprias. Uma vez que aquilo é um imóvel que não lhe pertence, devia ter o consentimento da Câmara para fazer obras, digo eu. -----

**PRESIDENTE DA MESA:** Dá a palavra ao Senhor Deputado Rui Lopes. -----

**DEPUTADO RUI LOPES (PPD/PSD.CDS-PP):** Como o Município e o seu Executivo permanente é pessoa de bem, é lógico que se arrenda um equipamento que está com alguma deficiência e é pedida esta isenção pelos inquilinos, deve assumir os seus compromissos. -----

Esqueci-me de referenciar na minha primeira intervenção o seu estado de saúde, Senhor Presidente da Mesa. Espero que esteja em franca recuperação e desejo-lhe as melhoras. -----

**PRESIDENTE DA MESA:** Coloca à votação o **PONTO 7 - PRESENTE INFORMAÇÃO GO/2024/127 REFERENTE A PEDIDO DE ISENÇÃO DE TAXAS DE OCUPAÇÃO DAS LOJAS B1 E B2 DO MERCADO MUNICIPAL DE ALIJÓ**, tendo sido aprovado, por unanimidade, com 31 votos, nos termos do artigo 28.º do Regulamento de Liquidação e Cobrança das Taxas Municipais do Município de Alijó. Introduce o **PONTO 8 - PRESENTE PROPOSTA DA PRESIDÊNCIA N.º 114/2024 REFERENTE À ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA O PROVIMENTO DO CARGO DE DIREÇÃO INTERMÉDIA DE 2.º GRAU – CHEFE DE DIVISÃO – PARA A DIVISÃO DE URBANISMO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E SUBMISSÃO DA PROPOSTA DE CONSTITUIÇÃO DO JÚRI**. -----

Dá a palavra ao Presidente da Câmara. -----

**PRESIDENTE DA CÂMARA:** Na sequência daquilo que já disse há pouco sobre a nomeação em regime de substituição desta técnica superior para desempenhar funções na Divisão de Urbanismo e Planeamento, temos aqui a proposta para abertura do concurso para provimento desta chefia em definitivo e é a autorização do júri que aqui é proposto. -----

Como podem verificar, é presidido por um diretor municipal do Ordenamento do Território da Câmara Municipal de Viseu, ou seja, da área coincidente com esta chefia. O júri inclui um vogal efetivo, que é o Doutor Jorge Laiginhas, Chefe Divisão de Gestão Organizacional, o segundo vogal é Maria dos Anjos Alves Lopes, Chefe de Divisão de Planeamento e Gestão Urbanística da Câmara Municipal de Murça, e o vogal suplente é Luís Filipe Maneta Carvalho. -----

**PRESIDENTE DA MESA:** É aberto o período de inscrições, não havendo inscritos. -----

Coloca à votação o **PONTO 8 - PRESENTE PROPOSTA DA PRESIDÊNCIA N.º 114/2024 REFERENTE À ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA O PROVIMENTO DO CARGO DE DIREÇÃO INTERMÉDIA DE 2.º GRAU – CHEFE DE DIVISÃO – PARA A DIVISÃO DE URBANISMO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E SUBMISSÃO DA PROPOSTA DE CONSTITUIÇÃO DO JÚRI**, tendo sido aprovado, por maioria, com 1 abstenção do Partido Socialista e 29 votos a favor, sendo 4 do Partido Socialista e 25 da coligação "Afirmar a Nossa Terra", em conformidade com o n.º 1 do artigo 13.º da Lei n.º 49/2012, de 29/08, na sua redação atual, sendo que os votos foram assim distribuídos: -----

A favor: -----

Bancada da Coligação PPD/PSD.CDS-PP (25), Partido Socialista (4). -----

Abstenção: -----

Bancada do PS (1) – Estela Maria de Jesus Teixeira. -----

Introduce o **PONTO 9 - PRESENTE PROPOSTA DA PRESIDÊNCIA N.º 115/2024 PROPONDO A ALTERAÇÃO À NORMA DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL PARA O EXERCÍCIO 2024, DESIGNADAMENTE O SEU ARTIGO 25.º**. -----

Dá a palavra ao Presidente da Câmara. -----



**PRESIDENTE DA CÂMARA:** Com esta proposta, os Senhores Deputados até podem pensar "afinal de contas, o que é que a Câmara Municipal tem andado a fazer". Eu explico para que possam em consciência apreciar e votar. A lei prescreve, ou pelo menos há esse entendimento dos especialistas, que todo e qualquer apoio concedido pelo Município às Freguesias deve ser objeto de deliberação em Assembleia Municipal, ou seja, segundo a Lei n.º 75/2013, esta é uma competência da Assembleia Municipal.-----

Como devem calcular, sempre que os Senhores Presidentes de Junta pedem um apoio à Câmara Municipal, seja anual, seja pontual, teriam de fazer muitas contas para fazer coincidir esse pedido com as reuniões da Assembleia Municipal. Em boa verdade, teriam de esperar pela Assembleia Municipal seguinte para que esse pedido fosse deliberado em Assembleia. Nem toda a gente pensa assim, mas o entendimento que existe, maioritariamente, é que deve ser a Assembleia Municipal e deliberar a aprovação desse apoio, seja direto, financeiro, em género ou pontual.-----

O que se vem aqui pedir à Assembleia Municipal é uma espécie de autorização prévia que autorize a Câmara Municipal a deliberar estes pedidos de apoio apresentados pelas Juntas de Freguesia. É uma espécie de autorização genérica como se faz para os investimentos superiores a 100 mil euros. Isto é para evitar que sempre que aparecer um pedido de apoio pontual não se tenha de esperar pela reunião da Assembleia Municipal para que seja deliberado. No fundo, é uma forma de conferir celeridade à decisão dos pedidos e acautelar também, obviamente, a segurança do órgão decisor que, neste caso, se propõe que seja a Câmara Municipal.-----

**PRESIDENTE DA MESA:** É aberto o período de inscrições, não havendo inscritos.-----

Coloca à votação o **PONTO 9 - PRESENTE PROPOSTA DA PRESIDÊNCIA N.º 115/2024 PROPONDO A ALTERAÇÃO À NORMA DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL PARA O EXERCÍCIO 2024, DESIGNADAMENTE O SEU ARTIGO 25.º**, tendo sido aprovado, por maioria, com 1 abstenção do Partido Socialista e 30 votos a favor, sendo 5 do Partido Socialista e 25 da coligação "Afirmar a Nossa Terra", sendo que os votos foram assim distribuídos:-----

A favor:-----

Bancada da Coligação PPD/PSD.CDS-PP (25), Partido Socialista (5).-----

Abstenção:-----

Bancada do PS (1) –Estela Maria de Jesus Teixeira.-----

Introduz o **PONTO 10 - PRESENTE INFORMAÇÃO AF/2024/140 INFORMANDO DA NECESSIDADE DE PROCEDER À 7.ª ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL MODIFICATIVA AOS DP2024.**-----

Dá a palavra ao Presidente da Câmara.-----

**PRESIDENTE DA CÂMARA:** Este ponto consubstancia uma proposta de integração do saldo transitado de 2023 e de integração também de outros investimentos que, já em 2024, foram cooptados para o nosso território. Como sabem, o orçamento aprovado em dezembro pela Assembleia Municipal para 2024 tinha um valor próximo dos 23 milhões de euros. Agora, temos um reforço dos saldos transitados em 2023, no valor de 4.167.000,00 euros, menos 176 mil euros que foram retirados, fruto de alguns acertos que têm a ver, fundamentalmente, com fundos do BEI que não foram necessários. Traduz-se num orçamento global para 2024 de 26.889.000,00 euros. Já é um orçamento com alguma expressão, mas quero também dizer às Senhoras e Senhores Deputados que há uma série de investimentos que foram, entretanto, cooptados para o nosso Concelho e que não estão ainda refletidos no ano de 2024. Isto porque não se perspetiva que, entretanto, saiam avisos que possibilitem a candidatura. Estão, digamos assim, dissolvidos ou diluídos nos anos seguintes de 2025, 2026 e 2027. Estão como investimentos indefinidos e, portanto, não estão a sobrecarregar o orçamento para 2024, sendo certo que podem vir a sobrecarregar.-----

A título de exemplo, o Município viu aprovado, recentemente, um apoio de 1.244.000 euros, via Fundo Ambiental, para custear investimentos como o projeto "Modos Suaves - Ligação Presandães - Favaíolos", que é um investimento que andamos a prometer há muito tempo e que vamos lançar; "Eco-recolha" para requalificação e substituição dos contentores e ecopontos, no valor de cerca de 500 mil euros para

contentores ecopontos; e vamos ter também uma rede pública de bicicletas, onde temos cerca de 180 mil euros de fundos comunitários, que vêm também via Roteiro das Barragens. Portanto, tudo isto via Fundo Ambiental, fora do quadro comunitário. São receitas do orçamento de Estado no valor de 1.244.000 euros, que não está todo refletido neste orçamento de 2024, porque não se perspetiva que os avisos saiam todos em 2024 e, portanto, está repartido por 2024, 2025 e 2026. Por essa razão é que se os Senhores Deputados olharem para esta revisão orçamental verão cabimentos avultados em anos seguintes.

Também queria informar os Senhores Deputados que, através de um protocolo que celebrámos com o Ministério da Coesão Territorial, conseguimos também 531 mil euros para fazer face aos prejuízos provocados pelas intempéries de 2023, que brevemente será executada a obra. Estes sim estão também carregados já em 2024 e 2025.

Quero também dar uma informação em primeira mão aos Senhores Deputados, embora não tenha a ver propriamente com esta revisão orçamental, mas que está refletida de algum modo em 2025, 26 e 27. Tem a ver com a Intervenção Territorial Integrada - ITI Douro, que é o programa que, neste próximo quadro comunitário 2030, vai financiar os investimentos nos municípios. Os valores por municípios estão, mais ou menos, estabilizados. Ao Município de Alijó couberam cerca de 10 milhões de euros, em números redondos. Isto é investimento, como disse, via ITI Douro, sem prejuízo de irmos à luta e conseguirmos mais investimentos via outros programas, designadamente programas nacionais ou outros programas comunitários transversais ao território. Tenho gosto em dar esta informação em primeira mão, mas não queria que se fixassem muito nesta informação, porque ela, efetivamente, ainda pode ser objeto de alguma alteração.

O que eu queria era que fixassem o valor de cerca de 10 milhões de euros para o quadro comunitário que aí vem para o Concelho de Alijó. Há aqui investimentos muito interessantes na área do ambiente, mobilidade e regeneração urbana. Como sabem, estamos a desenvolver duas Áreas de Regeneração Urbana (ARU), uma para Favaios e outra para Sanfins do Douro. Isso só pode ser feito em vilas, ou seja, meios urbanos já com alguma dimensão que vão, de alguma forma, ser bafejados pela sorte dos investimentos do próximo quadro comunitário.

Só para terem uma ideia, em matéria de programa integrado, de igualdade e acesso a serviços de educação, temos cerca de meio milhão de euros no próximo quadro comunitário. Temos um projeto que se chama balcão móvel de atendimento, para apoio às pessoas mais idosas de todo o território do Concelho, com cerca de 100 mil euros. Temos a medida "Cultura para Todos" com cerca de 200 mil euros. Temos a requalificação do antigo edifício do pré-escolar de Vilar de Maçada, com cerca de 70 mil euros, e o pavilhão gimnodesportivo municipal, com 600 mil euros.

O Bioterritórios é um projeto novo desenhado para as freguesias do norte do Concelho, na zona de montanha. Temos a reabilitação de algumas escolas do Estado Novo, que é um projeto muito engraçado que podemos desenvolver, sobretudo na freguesia de Vila Verde, e também o interface de transportes de Alijó. Várias pessoas e algumas até com responsabilidade política neste Concelho têm vaticinado que nunca conseguiríamos este projeto que vai ficar no espaço rustico, por trás da Loja do Cidadão. Pois bem, aqui temos 1,7 milhões de euros garantidos para este projeto. Sempre dissemos que queríamos instalar ali o interface intermodal de Alijó ou o espaço multiusos, se quiserem. Mal saia o aviso, avançaremos com a candidatura.

A "Valorização dos Produtos de Montanha - Mercado de Produtos de Montanha" a instalar no Pópulo, na Senhora da Boa Morte, tem cerca de 400 euros de financiamento garantido. Acho que a zona norte merece este investimento e pode ser uma fonte alternativa de rendimentos às famílias do norte do Concelho. O espaço de lazer e bem-estar, também numa freguesia do Norte, neste caso Vila Verde, tem cerca de 250 mil euros. A requalificação do centro histórico de Favaios tem um valor mais incerto, com cerca de 200 mil euros, mas estamos a trabalhar e, com certeza, há de ser reforçado.

A reabilitação da antiga residência paroquial em Sanfins do Douro tem um milhão de euros já alocado para a primeira fase. A requalificação do núcleo urbano consolidado de Sanfins do Douro tem uma



verba consignada já bastante significativa, que ronda os 900 mil euros. A reabilitação da antiga residência estudantil da Granja para criação de condições para o ensino profissional superior, que é um compromisso nosso, tem 600 mil euros. Aliás, tenho uma reunião, no próximo dia 13, com o Senhor Reitor da UTAD para começarmos a trabalhar neste projeto. \_\_\_\_\_

Temos um sistema de ajuda a idosos ou de teleassistência a idosos com cerca de meio milhão de euros. É um projeto muito engraçado que queremos desenvolver no território. O Centro de Artes Vivas e espaço de coworking, em Favaios, tem um valor de cerca de 150 mil euros. A reabilitação do Palácio da Justiça tem um valor muito exíguo de cerca de 50 mil euros, mas são pequenas obras, sendo que não é competência do Município investir na Justiça. Temos 150 mil euros para a Biblioteca Municipal, sobretudo em matéria de eficiência energética. No Auditório Municipal, temos 220 mil euros com o objetivo de recuperar parte do investimento que lá fizemos. \_\_\_\_\_

Temos também um investimento previsto de 100 mil euros para o quartel dos bombeiros de Cheires, que estão muito carenciados. Neste quadro comunitário de apoio que se iniciou, as ajudas para a Proteção Civil vêm sempre via Município, ou seja, tem de ser o Município a candidatar. O quartel dos bombeiros de Sanfins do Douro também tem uma ajuda significativa de 60 mil euros para umas obras que querem lá fazer. Para o sistema de saneamento em Favaios são cerca de 550 mil euros. Portanto, há investimentos pesados a fazer em Favaios, em matéria de esgotos, que estão aqui acomodados. Temos o sistema de ligação à rede de distribuição de água em baixa na Freguesia de Vila Verde. Queremos ligar todas as aldeias desta freguesia à rede pública da água que, neste momento, não estão. Está aqui previsto um milhão de euros para as aldeias de Vila Verde, Perafita, Jorjais de Perafita, Vale de Agodim e Vilar de Maçada, que também vai beneficiar. \_\_\_\_\_

Também já se falou aqui no tratamento dos resíduos de obras, entulhos e afins. Temos uma verba de cerca de 350 mil euros para a criação de um ecocentro. Grosso modo, é esta a informação que queria dar e, volto a vincar, não queria que se prendessem muito nela. É apenas uma informação que está, de alguma forma, retratada nesta revisão orçamental que aqui se propõe, embora esteja, como disse, diluída nos anos seguintes. À medida que os programas forem abrindo, os avisos forem saindo e o Município possa apresentar a sua candidatura, obviamente que as verbas podem sempre ser locadas a outros anos através de uma revisão que terá de ser objeto de deliberação em Assembleia. \_\_\_\_\_

**PRESIDENTE DA MESA:** É aberto o período de inscrições, tendo-se inscrito os Senhores Deputados Manuela Alves, Estela Teixeira, Rui Lopes e António Fernandes. \_\_\_\_\_

Dá a palavra ao Senhor Deputado Manuela Alves. \_\_\_\_\_

**DEPUTADA MANUELA ALVES (PS):** Enquanto estava a ouvir o Senhor Presidente, estava a pensar que, de certo modo, até parecia que estávamos próximos das eleições, porque isto já parecia quase uma campanha eleitoral. Seja como for, tenho pena de vir aqui dizer que vou votar contra este ponto. Vou já aproveitar para fazer a minha declaração de voto e é por uma razão de natureza formal. Já me queixei deste facto noutras sessões, que tem a ver com o envio dos documentos em suporte digital de uma forma que não permite que eu leia. Não venho aqui votar um documento se, em consciência e de forma informada, não tenho como exprimir uma opinião fundamentada. Considero-me suficientemente amiga do ambiente para não querer estes documentos em suporte papel. No entanto, vá para a esquerda ou vá para a direita, não consigo ler. \_\_\_\_\_

Aliás, recorro que o Senhor Deputado, salvo erro, Carlos Monteiro, já uma vez aqui sugeriu que deviam enviar isto noutra formato. No limite, se não atenderem a esta pretensão minha e de outros Deputados, temos de considerar que isto é sonegar informação. Tenho direito a ser informada e a receber os documentos de forma que sejam inteligíveis e passíveis de uma boa leitura, mas não consigo. É por essa razão que voto contra. Não consegui ler estes documentos, por mais que me esforçasse. \_\_\_\_\_

**PRESIDENTE DA MESA:** Aproveito para deixar uma nota, porque confesso que, efetivamente, a leitura destes documentos é quase impossível. Percebo que os documentos que estão ali são documentos oficiais, mas talvez fosse mais adequado optar por uma resenha do que está ali em termos de texto, para que seja mais legível. \_\_\_\_\_



Dá a palavra à Senhora Deputada Estela Teixeira. -----

**DEPUTADA ESTELA TEIXEIRA (PS):** Ouvei com atenção aquilo que o Senhor Presidente aqui enunciou e espero sinceramente que se concretize para bem do Concelho, mas não ouvi nada relativamente ao edifício das piscinas. Há pouco falamos da questão da qualidade da água e de alguma falta de limpeza. Estamos aqui a falar de investimentos a vários níveis e a minha questão é se está a pensar em algum tipo de intervenção para as piscinas municipais, no sentido de as requalificar e de as melhorar. -----

**PRESIDENTE DA MESA:** Dá a palavra ao Senhor Deputado Rui Lopes. -----

**DEPUTADO RUI LOPES (PPD/PSD.CDS-PP):** Passado algum tempo após a delegação de competências e a entrega de equipamentos, pergunto eu ao Executivo e ao Senhor Presidente da Câmara se, de facto, o envelope financeiro tem chegado, se já foram levantadas ou inventariadas as intervenções que vão ser necessárias em equipamentos que foram entregues e se há necessidade de reparações avultadas. Queria saber também se esse pacote, que passou a pacotezinho e depois a envelope e que agora já é envelopezinho, vai dar conta dessas obras que vão ter de ser feitas. ----- Passados oito anos, e tendo sido feita a descentralização e a entrega de competências por parte do Governo que agora termina, não terá sido má-fé deixarem protelar as reparações devidas, a equiparação de funcionários e as necessidades de recursos humanos? Esperaram para entregar isso aos municípios para que depois os municípios possam tomar conta disso, prejudicando, em muitos casos, o seu próprio orçamento destinado a outras valências e às necessidades das populações. -----

**PRESIDENTE DA MESA:** Dá a palavra ao Senhor Deputado António Fernandes. -----

**DEPUTADO ANTÓNIO FERNANDES (PS):** Para mim é agridoce o que disse aqui o Senhor Presidente. É doce porque eu, enquanto alijoense e enquanto defensor acérrimo dos interesses do Concelho, fico contente. Quantas mais obras melhor, quanto mais desenvolvimento melhor, quanto mais progressão houver, melhor. Até aí estou de acordo. Mas, enquanto defensor daquele território ali situado no centro do Concelho, tenho de voltar a falar na zona norte da Chã, na estrada 212. Essa parte não pode estar esquecida porque eu estou sempre a lembrá-la. Não compreendo porque não consta ali naquela listagem. Porque é que o Senhor Presidente ou a Câmara insistem em que aquilo não conste? Sinceramente, e com todo o respeito pelo Senhor Presidente e pela gestão da Câmara, não posso ficar calado numa altura destas. Apresentou aqui um manancial grande de obras e investimentos por todo o Concelho, mas ali, onde o Senhor Presidente passa todos os dias, esquece-se sempre que há ali um problema. Aquilo é só um bocadinho da Freguesia de Vila Chã, que tem quase 25 quilómetros quadrados. Naquele território todo, não há nada. As pessoas falam comigo e não estão satisfeitas. É minha obrigação trazer aqui o pulsar da população. Penso que também não é bom para o Senhor Presidente não ter nada para oferecer àquela Freguesia. Sempre que precisam da ajuda da freguesia de Vila Chã, temos estado sempre presentes. -----

**PRESIDENTE DA MESA:** Dá a palavra ao Presidente da Câmara. -----

**PRESIDENTE DA CÂMARA:** Eu pedi que não se focassem muito naquele elencar de medidas e de investimentos que apresentei, mas temos de perceber que há ali uma série de medidas que são transversais a todo o território. Obviamente que a freguesia de Vila Chã há de beneficiar como beneficiam outras. Falei em duas ou três freguesias por mero acaso, mas todo o território de Alijó será contemplado, em maior ou menor grau. -----

Quero aqui lembrar às Senhoras e Senhores Deputados que, há ano e meio, se a memória não me falha, quando se falava muito do Roteiro das Barragens, trouxe aqui uma informação de que o Município tinha assumido compromissos com o Ministério do Ambiente de cerca de 14 milhões de euros. Já foram disponibilizados, através do REACT, de que falámos no início desta Assembleia, cerca de 2,5 milhões de euros. Temos lá mais cerca de 10 milhões, mais 1,2 milhões do Fundo Ambiental, que também já aqui citei, mas ainda falta muito dinheiro. O que é preciso é que quem gere os fundos, ponha cá fora o dinheiro que é para nos podermos candidatar. -----

Como não temos ainda perspetiva de quando vão sair esses apoios ou de quando vamos assinar estes contratos-programa com o Estado, não podemos, obviamente, vertê-lo nesta revisão orçamental. Isto porque nós não sabemos se vão sair em 2025, 2026 ou 2027, mas vão sair. Nesse envelope ainda está, por exemplo, a segunda fase do projeto do Pinhão, que é um investimento enorme do qual não falei, mas que há de vir. Temos esse compromisso e o dinheiro está consignado ao Município de Alijó. Até pode acontecer só no próximo mandato. Portanto, não arriscámos estar a alocar ou a carregar estes investimentos em 2025, em 2026 e em 2027, porque não sabemos efetivamente quando é que eles vão sair. Portanto, ainda há que contar também com esse volume de investimento, que são seguramente cerca de 10 milhões de euros. Não podemos esquecer-nos que o Município tem receitas próprias, não são só fundos comunitários. Tem as verbas que vêm do Orçamento de Estado e tem receitas próprias. Aliás, debrucei-me muito pouco sobre a revisão para 2024, em concreto. ----- Foi colocada aqui na Assembleia anterior essa questão de que há mapas que não se conseguem ler. Também não me peçam que os leia agora porque eu também vejo mal, mas vou trabalhar com o Senhor Diretor Financeiro para, se for possível, colocar estas tabelas num modelo diferente e bloqueá-las de forma que não possam ser alteradas, mas que sejam legíveis para todos. Os investimentos que foram objeto de revisão até estão a negrito, só que não se conseguem ler. ----- Relativamente às piscinas e no âmbito deste Roteiro das Barragens, há uma verba superior a um milhão de euros para requalificação de edifícios públicos, onde se incluem também as piscinas. Para intervir num edifício, não temos de ficar à espera de fundos comunitários, nem de outros fundos. Obviamente que há sempre rubricas genéricas que permitem ao Município intervir em qualquer equipamento, sempre que seja necessário. Como sabe, a cobertura das piscinas foi intervencionada e está completamente estanque. Sei que algumas enfermidades interiores - permitam-me a expressão - em matéria de equipamentos de aquecimento da água das piscinas, estão a atingir o limite. Poderemos, a qualquer hora, ter ali um dissabor, mas mal acabe esta época de Inverno e a piscina interior deixe de ser tão necessária, faremos essa intervenção por forma a que, no próximo ano, não tenhamos problemas nas piscinas interiores. -----

**PRESIDENTE DA MESA:** Coloca à votação o **PONTO 10 - PRESENTE INFORMAÇÃO AF/2024/140 INFORMANDO DA NECESSIDADE DE PROCEDER À 7.ª ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL MODIFICATIVA AOS DP2024**, tendo sido aprovado, por maioria, com 3 votos contra do Partido Socialista, 2 abstenções do Partido Socialista e 24 votos a favor, sendo 1 do Partido Socialista e 23 da coligação "Afirmar a Nossa Terra", em conformidade com a alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12/09, na sua redação atual, sendo que os votos foram assim distribuídos: -----

A favor: -----

Bancada da Coligação PPD/PSD.CDS-PP (23), Partido Socialista (1). -----

Contra: -----

Bancada do PS (3) – Alípio de Almeida Alves, Maria Manuela Afonso Lourenço Alves e António Joaquim Fernandes. -----

Abstenção: -----

Bancada do PS (5) – Estela Maria de Jesus Teixeira e Bruno Pinto Lopes. -----

Depois de terminadas às intervenções, foi lida a Ata em minuta e colocada à aprovação da Assembleia Municipal, tendo sido aprovada por unanimidade. -----

Foram dados por terminados os trabalhos. -----

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão ordinária do dia 29 de fevereiro de 2024. -----

#### **APROVAÇÃO DA ATA**

Depois de lida, a Assembleia Municipal deliberou, em sessão do dia 30/04/2024, aprovar a presente ata em minuta, nos termos e para efeitos do disposto no artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a qual vai ser assinada pela Mesa. -----

**A MESA**

Asssembleia Municipal de Alijó | Rua General Alves Pedrosa, n.º 13, 5070-051 Alijó